

RECURSOS HÍDRICOS DO VALE DO ASSÚ E REGIÃO SALINEIRA DE MACAU: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA COLEÇÃO VALE DO ASSÚ

WATER RESOURCES IN THE VALLEY OF ASSÚ AND THE SALT PRODUCING REGION OF MACAU: THE VALLEY OF ASSÚ DEVELOPMENT COLLECTION PROGRAMME

Rilda Antônia Chacon **Martins**¹
Renata Rocha Leal M. **Pereira**²

A Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, em junho de 1972, menciona em seus princípios a necessidade de planejamento e gestão dos recursos naturais, incluindo o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e amostras representativas dos ecossistemas naturais, que se traduzem, basicamente, na preservação e controle de tais recursos.

A água é um recurso limitado. É necessário sua preservação e o controle de seu uso. Atualmente, observa-se a demanda crescente para múltiplas utilidades a que se destina. Alguns usos da água praticamente não alteram sua quantidade – os chamados não consuntivos (a geração de energia elétrica, a navegação e a recreação). No entanto, existem alguns momentos onde na sua utilização consomem parte ou toda a água demandada – os usos consuntivos (irrigação e o abastecimento urbano e industrial).

De acordo com a Declaração de Dublin, ocorrida na Irlanda, em janeiro de 1992, a água é um recurso esgotável e vulnerável, essencial à vida, fundamental ao desenvolvimento e ao meio ambiente.. O mau uso e a poluição dos recursos hídricos são extremamente danosos, portanto o gerenciamento prudente desse recurso traz, em contrapartida, múltiplos benefícios à saúde, ao crescimento econômico, ao meio ambiente e à qualidade de vida. Assim, a gestão dos recursos hídricos deve ser efetuada considerando os aspectos social, ambiental e econômico como prioridades governamentais, incluindo-se o desenvolvimento sustentável.

O Estado do Rio Grande do Norte tem uma área de 53.015m², representando 3,4% do espaço da região Nordeste do Brasil. Cerca de 60% de seu território é formado por solos cristalinos, com características hidrogeológicas de baixa infiltração e grande escoamento de chuvas que se concentram em poucos meses do ano. Inserido na região Oeste do Estado está o Baixo Vale do Rio Assú, onde o Governo do Estado concentra um elevado número das ações do seu Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos, objetivando “a criação de um pólo de desenvolvimento, baseado na irrigação para a exportação”. O

¹ Professora do Departamento de Biblioteconomia da *Universidade Federal do Rio Grande do Norte* (UFRN). Mestra em Ciência da Informação.

² Aluna do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFRN e bolsista do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (PIBIC/CNPq). E-mail: racm@ufrnet.ufrn.br

manancial hídrico utilizado pelo empreendimento é a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, cujo volume d'água acumulado de 2,4 x 10,9m³ é suficiente para irrigar 50 mil dos mais de 200 mil hectares de boas terras situadas nas duas margens do rio.

Os terrenos sedimentares situados ao longo da costa leste e na metade norte do estado ocupam quase 40% da área estadual. Aí estão situados os melhores solos regionais cujas propriedades físicas, associadas às condições climáticas, constituem umas das mais promissoras fronteiras de desenvolvimento da agricultura irrigada no país.

O interesse para se estudar o Vale do Assú e Região Salineira de Macau nasceu primordialmente da constatação de que, embora exista na região o maior potencial hídrico acumulado no estado, as condições de vida – dos pequenos produtores – ali existentes, não diferem das condições de vida encontrada nos municípios reconhecidamente secos, que não dispõem de riquezas naturais, tais como: sal, petróleo, solos favoráveis para uma irrigação comercial de exportação, como no Vale do Assú.

A organização bibliográfica não pode deixar de ser reconhecida como um dos mecanismos para identificação de contradições, equívocos e erros que vem sendo cometidos na interpretação do fenômeno seca, e na gestão política de combate a seus efeitos.

Com a preocupação de coletar, organizar e analisar o material informacional sobre a seca e semi-árido, o *Núcleo Temático da Seca* (NUT-SECA) implementa o Programa de Desenvolvimento de Coleções, composto de três coleções: Vale do Assú; seca e semi-árido; universidade e questão nordestina. Os resultados dessa pesquisa proporcionarão, com certeza, material para uma reflexão sobre as políticas hídricas desenvolvidas ao longo do tempo.

OBJETIVOS

Coletar, selecionar e organizar o conhecimento sobre o tema Recursos Hídricos do Vale do Assú e Região Salineira de Macau, tendo como produto final uma bibliografia e sua disponibilidade na Internet.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida juntamente com uma bolsista do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica* (PIBIC), da seguinte forma:

- a) levantamento de dados em artigos de jornais locais (Diário de Natal, Tribuna do Norte e Poti) e acervo NUT-SECA/UFRN;
- b) pesquisa documental realizada junto a instituições públicas do Estado do Rio Grande do Norte, envolvidas com o tema recursos hídricos no Estado: Secretaria de Planejamento, Secretaria de Agricultura – EMPARN, Secretaria de Recursos Hídricos, todas localizadas na cidade de Natal.
- c) análise do material coletado, obedecendo as seguintes etapas:
 - seleção dos recortes de jornais locais;
 - seleção dos documentos localizados nas instituições oficiais;
 - organização em ordem cronológica do material selecionado;

- classificação do material quanto a forma (artigos, notícias, cartas e relatórios);
- referência bibliográfica e resumo do material coletado;
- elaboração da bibliografia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A proposta dessa pesquisa está direcionada para o resgate e reflexão histórica das políticas hídricas no Estado do Rio Grande do Norte. Foram coletados aproximadamente duzentos recortes de jornais no acervo do NUT-SECA e cinquenta documentos oficiais referentes à temática em questão, coletados nos órgãos governamentais.

A análise dos documentos e artigos de jornais levam a algumas reflexões:

- a questão da seca tem sido comumente associado ao fator chuva, em especial ao problema da falta d'água, que provoca a morte do verde. Esta foi através dos tempos a visão dos responsáveis pela implantação das políticas de retenção e acumulação de água até o momento atual;
- a atuação do Estado tem sido uma política hidráulica que vem desde o império, quando em 1887 o imperador D. Pedro II criou programas assistenciais aos flagelados da seca, passando pela criação da *Inspetoria de Obras Contra a Seca* (IOCS -1909); *Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca* (IFOCS - 1919) e o *Departamento Nacional de Obras Contra a Seca* (DNOCS - 1945). Na concepção dos técnicos desses órgãos só restava uma saída: acumular água, e o resultado foi a sua concentração sem que se pensasse em sua democratização;
- os grandes projetos hídricos no Nordeste foram criados para aumentar e garantir a oferta hídrica e promover a sua preservação qualitativa e quantitativa em função de uma agricultura para exportação;
- a centralização e a administração de recursos hídricos tem se mostrado freqüentemente inadequada para resolver os problemas locais da administração da água;
- o papel do governo sobretudo no período da estiagem deve mudar, para promover uma maior participação de pessoas e instituições locais no acesso à água, de forma a minimizar as práticas clientelistas, presentes na chamada “indústria da seca”. O princípio fundamental é que em quaisquer situação, os recursos hídricos devem ser administrados da forma mais descentralizada possível;
- é fundamental não só no Vale do Assú, mas nas diversas regiões nordestinas, que todos os usuários da água, lideranças e cidadãos se mobilizem através de diferentes formas e organizações para assegurar o processo participativo;
- nos períodos de seca nota-se a utilização para fins eleitoreiros e particulares das obras hídricas, dos carros-pipas, entre outros; e
- um estado como o Rio Grande do Norte, onde a água assume papel decisivo no desenvolvimento econômico e social, no que pese a condição de semi-aridez de 90% do seu território, a implementação de um política

da gestão das águas, torna-se uma medida de indiscutível valor estratégico e, em consequência, um dever do poder público.

Os resultados e comentários aqui apresentados justificam o esforço da pesquisa, sendo possível coletar informações sobre o tema. Embora se saiba que a história se faz independentemente das fontes, não podemos deixar de reconhecer que a organização bibliográfica facilita enormemente o trabalho dos historiadores, pesquisadores e estudiosos que necessitam de informações em suas atividades de docências e estudos ou na gestão de tarefas públicas e privadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONETI, Lindomar Wessler. *O silêncio das águas*: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Secretaria de Recursos Hídricos. *Curso de introdução à gestão de recursos hídricos*. Natal, 1997.
- GRANZIEIRA, Maria Luíza Machado. *Direito das água e meio ambiente*. São Paulo: Ícone, 1993.
- TARAPANOFF, Kira. Políticas de planejamento de sistemas de informação para o desenvolvimento: a experiência da América Latina. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 22, n.11, p. 53-59, jan./abr. 1993.